

Processo educativo de trabalho em economia popular e solidária: um diálogo cotidiano com a Educação Popular

José Raimundo Oliveira Lima¹, Eduardo José Fernandes Nunes²

Resumo

Este artigo faz uma reflexão acerca do processo educativo que envolve os feirantes da Feira de Saberes e Sabores de economia popular e solidária, no cotidiano dela, que ocorre no campus da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), bem como nas itinerâncias em comunidades diversas. A pesquisa se dá a partir do processo de incubação de grupos populares selecionados pela Incubadora de Iniciativas de Economia Popular e Solidária da UEFS (IEPS-UEFS), que lida com uma perspectiva pedagógica de estreita relação com os estudos interdisciplinares mediados pela educação popular na perspectiva da pesquisa-ação. Envolvemo-nos, pesquisadores e pesquisados, em diversas ações que são instrumentos metodológicos, como: reuniões, rodas de conversas, oficinas, círculos de cultura, entre outras que se fizeram necessárias. Como resultados, observamos relevantes enfoques de conceitos e definições, bem como a possibilidade política-educativa-popular que, de forma interdisciplinar, envolve-se no processo de incubação integrado. Concluimos, portanto, que tal processo, desde a busca pela formatação jurídica, pelo associativismo, o cooperativismo ou a sociedade simples, pela formalização dos grupos envolvendo os feirantes no cotidiano da Feira de Saberes e Sabores de economia popular e solidária, tem proporcionado uma dinâmica promovida pela educação popular, que integra conhecimentos, saberes e formas socioeconômicas, produtivas e plurais.

Palavras-chave

Economia popular e solidária. Educação popular. Incubação.

¹Doutor em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, Brasil; estágio pós-doutoral pela mesma instituição; professor na Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia, Brasil; líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local (GEPOSDEL); bolsista de produtividade CNPq. E-mail: zeraimundo@uefs.br.

²Doutor em Análise Geográfica Regional pela Universidade de Barcelona, Espanha; professor na Universidade do Estado da Bahia, Brasil; co-líder do Grupo de Pesquisa Teoria Social e Projeto Político Pedagógico (TSPPP/PPGEDUC). E-mail: eduardojosf2@gmail.com.

Educational work process in popular and solidary economy: a daily dialogue with Popular Education

José Raimundo Oliveira Lima³, Eduardo José Fernandes Nunes⁴

Abstract

This article makes a reflection on the educational process that involves the Knowledge and Flavors Fairs of popular and solidary economy, in their daily life, which takes place on the Campus of the State University of Feira de Santana, as well as in their itinerances in different communities. The research takes place from the incubation process of popular groups selected by the UEFS Popular and Solidarity Economy Initiatives Incubator (IEPS-UEFS), which deals with a pedagogical perspective closely related to interdisciplinary studies mediated by popular education from the perspective of action research. We, researchers and researched, got involved in several actions that are also methodological instruments such as meetings, conversation circles, workshops, and culture circles, among others that became necessary. As a result, we observe relevant focuses on concepts and definitions, as well as on the political-educational-popular possibility that, in an interdisciplinary way, is involved in the integrated incubation process. We conclude, therefore, that this process, from the search for legal formatting, associativism, cooperativism or simple society, to the formalization of groups involving the stallholders in their daily lives at the Knowledge and Flavors Fairs of popular and solidary economy, has provided a dynamic promoted by popular education that integrates knowledge, understanding and socioeconomic, productive and plural forms.

Keywords

Popular and solidary economy. Popular education. Incubation

³PhD in Education and Contemporary Studies from the State University of Bahia, Brazil; post-doctoral internship at the same institution; professor at the State University of Feira de Santana, Bahia, Brazil; leader of the Study and Research Group on Popular and Solidarity Economy and Local Development (GEPOSDEL); CNPq productivity scholarship holder. Email: zeraimundo@uefs.br.

⁴PhD in Regional Geographic Analysis from the University of Barcelona, Spain; professor at the State University of Bahia, Brazil; co-leader of the Social Theory and Pedagogical Political Project Research Group (TSPPP/PPGEDUC). E-mail: eduardojosf2@gmail.com.

Introdução

No ambiente de debate que envolve Economia Popular e Solidária e Educação Popular como principais temáticas, não raro uma das indagações presentes é se o termo “popular” ocupa alguma centralidade no trabalho educativo com os grupos em processo de incubação. *A priori*, aparentemente, trata-se de uma pergunta do senso comum, mas a percepção está relativamente certa e universalizada em nossas pesquisas e trabalhos de extensão. Nós, que desenvolvemos e pensamos os planos de trabalhos, consideramos não apenas um termo qualquer, mas uma dimensão de vida comum a ambas categorias.

Com efeito, o objetivo principal deste trabalho é discutir o processo educativo que envolve os feirantes e o cotidiano deles na Feira de Saberes e Sabores de economia popular e solidária que ocorre no campus da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), nas suas itinerâncias em comunidades diversas e, principalmente, a dinâmica promovida pela educação popular.

Esse processo educativo de trabalho, banhado de educação popular, acontece imbricado pela prática extensionista que se configura como algo viável por ser contínua e estar sob o respaldo e apoio do Programa Incubadora de Iniciativa da Economia Popular e Solidária da UEFS (IEPS-UEFS), que dispõe da infraestrutura necessária para reuniões, rodas de conversa, diálogos diversos e visitas às comunidades, entre outras ações de pesquisa participante.

Observamos que a educação popular, a economia popular e solidária e as fronteiras conceituais entre elas têm corroborado fortemente com o processo educativo de trabalho de grupos populares, em que pesa não se apresentarem como ambientes formais e estruturados naquilo que Freire (1967; 1993) denominou como “educação bancária”.

Nessa esteira, outro fator relevante e um tanto paradoxal, por a universidade ser uma instituição formal e complexa, é que a Feira de Saberes e Sabores, atualmente, acontece dentro do campus da Universidade, provocando não apenas o diálogo formal e não formal no mesmo espaço, mas também facilitando o deslocamento dos sujeitos universitários (professores, discentes e técnicos), bem como o acesso dos envolvidos aos projetos internos em processo de incubação na IEPS – como Cantinas Solidárias III (módulo I) e IV (módulo VII) – e externos, como o dos Integrantes da Cooperativa de Beneficiamento dos Produtos da Agricultura Familiar de Feira de Santana (COOBAFS) que agregam cinco distritos e outros feirantes aos encontros em mão dupla sem, a princípio, uma definição antecipada de quem vai ou quem vem das comunidades para a universidade ou da universidade para as comunidades.

Esse ponto de convergência promove o deslocamento necessário que tem permitido os valorosos encontros entre os grupos para rodas de conversa, reuniões, círculos de cultura, clubes de trocas entre outras dinâmicas, seja no espaço da feira ou por viagens para as demais ações comunitárias que são viabilizadas utilizando os recursos da própria bolsa (no caso dos estudantes) e/ou visitas coletivas em grupos em campanhas/mutirões/comboios pela IEPS com transportes próprios das mais variadas categorias de integrantes.

Nesse contexto, o processo de pesquisa caracteriza-se a partir da compreensão de que a extensão universitária se consubstancia como um elemento articulador entre ensino e pesquisa, e como uma competência da universidade em dialogar e compartilhar as demandas da sociedade, buscando o comprometimento da comunidade acadêmica com os interesses e necessidades da sociedade, em especial em seu entorno.

O extensionista e, nesse caso em especial, o “pesquisador participante”, na acepção de Thiollent (2000), envolve-se com um grande número de atores sociais, internos e externos à universidade, estimulando e promovendo o envolvimento dos sujeitos para o empoderamento individual, coletivo e comunitário e, nesse processo, o ensino, a extensão e a pesquisa acontecem integrados.

Com efeito, esse processo já se encontra instalado na UEFS há aproximadamente dez anos, na medida em que os cinco projetos – Cantinas Solidárias III e IV, Feira de Saberes e Sabores, Cooperativismo Popular e Tecnologias Sociais – em processo educativo de trabalho (incubação) na IEPS/UEFS, são os primeiros motivadores para a instalação da Feira Permanente de Saberes e Sabores que, por sua vez, consiste em uma realidade de, aproximadamente, trinta grupos socioprodutivos, ambiente vasto de interação entre saberes e as mais variadas formas de conhecimento, em geral, mediadas pela interdisciplinaridade.

Segundo Freire (1993), a interdisciplinaridade é o processo de construção do conhecimento como base na relação entre os sujeitos em um contexto de realidade cultural. A expressão dessa interdisciplinaridade acontece em dois movimentos dialéticos: a problematização da situação em que se desvela a realidade e a sistematização dos conhecimentos de forma integrada.

Neste artigo, além da Introdução e das Considerações finais, há a constituição da sustentação teórica, que permite compreender o processo estabelecido entre formação educacional e política e os instrumentos técnicos de trabalhos para organização socioprodutiva de grupos populares. Após a seção teórica, há duas discussões: i) a economia popular e solidária frente ao modo de produção capitalista; ii) a economia popular e solidária: estratégia para o desenvolvimento local ou processo econômico educativo de trabalho?

Com efeito, os aspectos metodológicos imbricados de educação popular possibilitam compreender os caminhos adotados, embora tenhamos uma metodologia própria da IEPS-UEFS forjada nos trabalhos que acontecem como desafios a serem enfrentados a cada processo de incubação que se estabelece com características próprias. Por fim, na seção de análise e discussão dos resultados mostramos a interação do processo de incubação, mediante uma articulação da interdisciplinaridade dinamizada pela educação popular, consubstanciada nas etapas do processo de incubação integrado (pré-incubação, incubação propriamente dita e desincubação).

Sustentação teórica

A economia popular e solidária frente ao modo de produção capitalista

Compreender o modo de produção capitalista é algo tão complexo que, ao invés da possibilidade de análise fluida e direta, diversos estratos e manifestações desse modo aparecem na sociedade dificultando a compreensão, o que exige uma categorização mais didática. Paradoxalmente, observa-se no mercado, nas relações desinteressadas, cooperadas e em tantas outras formas que, apesar de complexo, é algo que parece simples de compreender, tal é a maneira como o modo de produção capitalista se expõe e se repete, conforme nos aponta Antunes (2009).

O modo de produção capitalista aparece, inclusive, com propensas soluções para diversos problemas e problemas de diversas dimensões, como é a situação das políticas públicas que, aceitas pelo mercado, atendem às mais diversas demandas sociais e não se intimidam com a feição de intervenção estatal. Isso é contraditório e não sincrônico do ponto de vista analítico, considerando que tais políticas integram as funções e obrigações do Estado (Brasil, 1995).

Nesse contexto, não é difícil de compreender que o modo de produção capitalista, em particular, é a forma como a sociedade, em sua complexidade e dimensão relacional diversa, se organiza para produzir e viver (Santos, 2005). Assim, reafirmamos que a articulação social, especialmente em relação ao trabalho, é tão bem engendrada que as contradições tendem a se naturalizar, sendo capazes de convencer os desavisados e os opositores mais ferrenhos, caso não estejam atentos aos detalhes e agravamentos das precariedades de vida presentes na realidade objetiva, no próprio processo de trabalho no sistema capitalista.

Com efeito, não é difícil perceber qual a problematização apresentada neste trabalho,

ou seja, não é preciso repeti-la, pois sempre será levantada nas mais variadas abordagens e debates, tanto dos processos educativos de trabalho como no processo de incubação de iniciativas populares.

Trata-se de algo tão explícito que, há a possibilidade de que a nitidez do problema acabe naturalizada por meio da construção dos argumentos para chegar à conclusão, por exemplo, de que é normal e tranquila a convivência entre Economia Popular e Solidária e a Economia de Mercado dentro do mesmo modo como a sociedade se organiza para produzir a vida material e social.

Observemos, entretanto, que surgem em diversos espaços de discussões alguns questionamentos pertinentes e necessários para dar vida a toda discussão subsequente, como as indagações levantadas por Singer (2005): seria a Economia Solidária um novo modo de produção, uma alternativa ao capitalismo? O modelo tem força e dinamismo para constituir-se como elemento estratégico na luta pelo socialismo ou outro modo de organização da economia política?

Para refletir sobre essas indagações e problematizar as temáticas articuladas, utilizamos a perspectiva teórica marxista como referencial analítico e ponto de partida para pensarmos as categorias econômicas centrais como trabalho, organização do trabalho, formas produtivas, tipologias organizativas, entre outras.

Privilegiamos a discussão do significado do conceito de modo de produção na obra do pensador alemão, englobando a formação do capitalismo e o período de transição até chegarmos a um veredito sobre a questão-problema aqui colocada. Assim, não garantimos respostas prontas, mas reflexões relevantes acerca do processo educativo de trabalho na incubação de iniciativas de Economia Popular e Solidária durante a Feira de Saberes e Sabores, aqui compreendidas de acordo com Moura *et al.* (2021), como espaços de manifestação das diversas dimensões da vida.

Apesar de salientarmos a necessidade de um debate menos apressado, e da possibilidade dos inevitáveis perigos que podem ocorrer no caso de um diálogo não suficientemente reflexivo ou exaustivo, é imperativo que mobilizemos, com a simpatia e o entusiasmo dos sujeitos propensos, a possibilidade de a Economia Popular e Solidária vir a ser uma alternativa ao modo de produção do capitalismo.

Dessa forma, apresentamos o debate acerca do modo de produção capitalista, lembrando da transição histórica que lhe antecede e sustenta, a partir de uma transição que regeria o capitalismo, como por exemplo, a Economia Popular e Solidária, conforme debate Lima (2016).

Gaiger (2003) aponta que o capitalismo teria nascido como resultado da reunião de quatro elementos: i) regime de produção de mercadorias voltado exclusivamente ao mercado; ii) separação entre proprietários dos meios de produção e trabalhadores; iii) conversão da força de trabalho em mercadoria; e iv) extração de mais-valia. Tais características advêm da matriz marxista consubstanciada na crítica a esse modo de produção. Entretanto, cabe destacar que o capitalismo assume uma forma social de produção e reprodução que lhe é característica, assim como a tiveram os outros modos de produção.

Assim, Gaiger (2003) reconhece que não há formação social pura e que os diversos sistemas convivem dialeticamente com formas secundárias, sendo que essas relações variam com o tempo. Embora esse argumento seja coerente com as discussões expostas até aqui, não concordamos que as outras formas econômicas sejam secundárias. Talvez sejam menos permeadas dos quantitativos econômicos que lhes dão maior poder de ação no âmbito da economia política, uma vez que, para nós, a pluralidade econômica é muito clara, conforme aponta Polanyi (1980).

Em meio à pluralidade econômica, observamos aquilo que Lima (2016) entende como um diálogo amplo de uma outra economia, com outros campos do saber, especialmente aqueles que englobam a dimensão político-educativa popular, amparados de forma empática pela perspectiva da educação não bancária, conforme assinala Freire (1967). A Economia Popular e Solidária, por sua vez, seria portadora de uma nova racionalidade econômica que não reproduz em seu interior as relações capitalistas, em que pesem as experiências solidárias que estejam imersas no oceano do capitalismo.

Com efeito, esse fato não constitui, efetivamente, um obstáculo intransponível para a construção de um caminho alternativo à economia de mercado, pois observamos uma série de vantagens em favor das iniciativas de produção associada, como os processos educativos de trabalho, o associativismo orgânico e os trabalhos cooperativos e autogestionários que carregam a cultura popular como articulação do saber e da política originária.

Nesses espaços não ocorre a forma assalariada, e predomina a propriedade social dos meios de produção em que o controle e a gestão cabem somente aos trabalhadores envolvidos. O amálgama e o consequente desenvolvimento desses elementos denotam uma inelutável vantagem “competitiva” a esses signatários em comparação com as empresas capitalistas convencionais.

Nesse sentido, compreende-se que a cooperação, em especial o cooperativismo popular e os frutos dele, aumentariam a produtividade do trabalho, expandindo-se em diversas ações de ordem político-organizativa e educativa, intensificando o comprometimento dos

associados e não permitindo que essa tipologia organizativa se torne uma reprodutora da lógica do capital – uma cooperativa empresarial, por exemplo, o tipo mais comum nas relações socioprodutivas atuais, principalmente em se tratando de produção em escala, destacando-se, de acordo com Mance (2002), que escala mercadológica não é a mesma coisa que rede solidária.

O ambiente cooperativista proporcionaria ganhos para além dos limites econômicos e, em virtude das características supramencionadas, o cooperativismo popular seria a expressão, senão de um acabado modo de produção específico, de uma alternativa ao capitalismo: algo portador de grandes possibilidades e com potencialidades capazes de constituir algo novo nos próximos ciclos históricos.

Acreditamos, como afirma França Filho (2001), que a Economia Popular e Solidária por si só não teria condições de suplantar o modo de produção capitalista por todo o tempo, por mais que a nossa expectativa reivindique que isso se torne uma realidade. Ou seja, não podemos traçar um horizonte de tempo para uma ação política com esse fim, mas também não achamos que ela deva acontecer por eventualidades. Essa seria uma visão idealista, em que o tempo sempre seria um aliado, o que tornaria muito cômodo jogar para o futuro a busca da resolução definitiva das necessidades presentes: crises, precarizações, imposições, ditaduras *etc.*

É importante frisar que essa “crença” ou razão de expectativa não nos impede de perceber novas limitações sistêmicas que poderão ser impostas pelo capitalismo à Economia Popular e Solidária. Essa economia política dos setores populares, na acepção de Lima (2016), estaria, de alguma forma, submetida ao sistema em todos os âmbitos, principalmente em relação à dependência da base técnica criada pelo capital, acesso aos “mercados” fechados e fetichizados pela mercadoria, entre outros.

No entanto, ao discutir a transição de um modo de produção para outro, tomando como exemplo a passagem do feudalismo para capitalismo, somos obrigados a tomar uma perspectiva evolucionista, melhor dizendo, um tanto mecânica de como se daria uma mudança histórica dessa magnitude. Ao analisar todo processo de ascensão e consolidação do capitalismo enquanto modo dominante, somos obrigados a reconhecer o risco a que está submetida a Economia Popular e Solidária, porque toda dinâmica de transição poderia se repetir, alçando a Economia Solidária como uma forte candidata a ocupar o posto do capitalismo, percorrendo as mesmas estradas que o mercado capitalista já percorreu (Santos, 2005).

Infere-se, entretanto, que não seria uma mera repetição, pois estaria impossibilitada

por todas as transformações que o sistema sofreu e se auto impôs, mas fica explícito que são transformações lentas, de caráter evolucionista, sem maiores rupturas temporais e abruptas. Dessa forma, destacam-se os processos tecnológicos, a tecnologia da informação, a internet, entre outros elementos que apressam o tempo e podem estar, por mais imprevisível que possa parecer, em favor do trabalhador e da trabalhadora.

Falamos aqui de um processo de organização autogestionária conforme discutem Ropaquim e Quintaes (1972) e Benini e Benini (2010): redes, processos educativos de trabalho e de recuperação das formas econômicas locais, como as economias quilombolas, ribeirinhas, fundo e fecho de pasto, entre outras que permeiam todas as regiões brasileiras com suas especificidades e culturas locais. Essas formas se comunicam pelo trabalho e pela educação popular em determinado padrão que regeria essas mudanças.

Não queremos relativizar a importância das iniciativas de Economia Popular e Solidária para aqueles que mais precisam. No entanto, acreditamos que as potencialidades transformadoras delas seriam intensificadas se elas estivessem associadas a um projeto revolucionário de tomada do poder político. Intuímos que aconteceria com os trabalhadores a mesma coisa que aconteceu com a burguesia, que primeiro se constituiu em classe econômica hegemônica para só depois minar e tomar o poder político. No entanto, essa é uma visão que desconsidera as próprias particularidades do capitalismo, uma vez que as lições da História podem – e eventualmente parecem – ser uma reedição das ideias dos socialistas utópicos com uma nova roupagem.

Sem um projeto de conquista do poder político, pode acontecer com a Economia Popular e Solidária o que, segundo Gaiger (2003), constitui uma subsunção formal inversa em que uma determinada forma técnica ou modo secundário é incorporado ao modo de produção capitalista, restando-lhe o papel de apêndice. Com efeito, por sabermos dessa possibilidade, alertamos para o destino reservado à Economia Popular e Solidária: por mais interessantes e necessárias que sejam as iniciativas dela, por mais mudanças reais e concretas que proporcione às pessoas a curto ou médio prazo, não se pode desmobilizar ou confundir educação bancária com educação popular. É necessário estabelecer uma relação de organicidade entre os processos educativos de trabalho consubstanciados na Educação Popular e na Economia Popular e Solidária.

Economia popular e solidária: estratégia para o desenvolvimento local ou processo econômico educativo de trabalho?

As discussões acerca do desenvolvimento, em especial o desenvolvimento local sustentável, de acordo com Arruda *et al.* (2015), recorrem a dois elementos fundamentais: primeiro, a solidariedade que cultiva e promove a melhoria das condições de vida da localidade pela união de esforços entre os sujeitos (Milani, 2004). Segundo, e não menos importante, a articulação contra o trabalho globalizado e escalonado por meio de alguns valores do capitalismo, como a competição, a rejeição, o estranhamento e a negação daquilo com o que não se identifica.

Com efeito, a lógica imposta pela impessoalidade da mão invisível do mercado, do inimigo competitivo e impessoal não se identifica como aquilo que pode causar desarmonia no ambiente local pela destruição da cultura local. Na acepção de Adorno (2002), identifica-se a indústria cultural pela destruição do ambiente saudável de criação de trabalho e renda em cooperativismo popular (ocupação), pelo ambiente rígido e destruidor do meio ambiente com desmatamento e fertilização química dos alimentos, na quebra do emprego industrial tradicional que desorienta o trabalho como cultura policialesca agressiva e autoritária em detrimento da vigilância solidária dos vizinhos.

De acordo com Lima (2016), trata-se de um processo educativo generalizante que precisa ser suplantado por um processo educativo que respeite a história e os valores locais, que substitua a alimentação agroquímica pelo alimento orgânico e/ou agroecológico e que apresente o trânsito caótico por um trânsito leve e benéfico à saúde.

Nesse sentido, na medida em que lutas anticapitalistas dão resultados, as instituições que protagonizam essas lutas passam a se adaptar à sociedade burguesa por uma série de motivos, inclusive para preservar as conquistas obtidas. De acordo com Singer (2005), a sociedade burguesa se democratiza e engloba instituições que promovem o bem-estar social e, ao mesmo tempo, os sindicatos, os partidos e as cooperativas criadas pelos trabalhadores passam por um aburguesamento, ainda que produzam processos educativos desatualizados, bem como também formas degeneradas de Economia Solidária.

Ainda de acordo com o autor, se as condições de trabalho nas fábricas capitalistas eram duras, elas sempre seriam menos duras na cooperativa por duas razões fundamentais: na fábrica capitalista os empregados tinham de produzir lucros, em geral, mais que proporcionais ao capital investido, uma obrigação que os cooperados não têm – o que lhes permite menor auto-exploração. A segunda razão é que os cooperados têm a liberdade de escolher quando e

como trabalhar para tornar a cooperativa deles competitiva, ao passo que os trabalhadores assalariados têm de obedecer a determinações da direção (Singer, 2005).

Luxemburgo *apud* Singer (2005, p. 7) argumenta que “no caso de serem mais fortes os interesses dos operários a cooperativa se dissolve”, o que não faz sentido. Nesse caso, que alternativas restam aos trabalhadores? Ficarem desempregados, eventualmente sobreviver de “bicos” ou voltarem a trabalhar para os capitalistas em condições piores do que as da auto-exploração na cooperativa. O dilema apresentado por Luxemburgo é tudo, menos provável, visto que grande parte das cooperativas de produção (também na época dela) derivaram de empresas capitalistas que fecharam, de modo que os trabalhadores conheciam as condições de trabalho que a competição no mercado impõe. Não é crível que passem a considerá-las insuportáveis quando se tornam os donos dos meios de produção.

Singer (2005) aponta para a persistência do argumento de Luxemburgo nas discussões atuais, uma vez que é comum ouvir que a Economia Solidária apenas compete com a Economia capitalista, mas não a elimina, pelo menos não de imediato, portanto, nada de fundamental mudou ou vai mudar. Em nossa análise, essa percepção é falsa sob todos os pontos de vista. Primeiro porque o capital só pode ser eliminado quando os trabalhadores estiverem aptos a praticar instrumentos que sejam, ao mesmo tempo, educativos e que os sustentem com a autogestão, o que exige um aprendizado que só a prática proporciona. De outro modo, o que colocar no lugar da gestão capitalista? Certamente, não há um planejamento geral que centralize todas as decisões econômicas nas mãos de um pequeno número de “especialistas”, simplesmente, por se tratar de uma economia substantiva e plural.

Segundo, é fato que a Economia Solidária melhora as condições de trabalho para os cooperados, ainda que as melhorias perdurem por tempo insuficiente. De todo modo, assumir o poder de participação das decisões e, portanto, estar informado a respeito do que acontece e das opções que existem é um passo importante para a redenção humana, consistindo em um processo político-educativo. Terceiro porque, de acordo com Singer (2005), o surgimento e o fortalecimento da Economia Solidária reforça o poder de luta de todos os trabalhadores assalariados contra a exploração capitalista, porque diminui o exército de reserva.

Nesse contexto, e a partir das experiências do trabalho de incubação, entendido como processo político-educativo realizado pela incubadora de iniciativas de Economia Popular e Solidária na UEFS, observamos, por exemplo, que a busca por alimentação saudável tem se tornado cada vez mais premente.

A preocupação atual com a alimentação é motivada pelos anseios de hábitos que diminuam a necessidade de se tomar remédios, pela consciência de que é possível fazer

agricultura sem agrotóxico, pela filosofia de vida que defende a natureza como algo de que devemos cuidar para preservar, pela necessidade de se organizar e criar outras tipologias organizativas, a exemplo da cooperativa popular, das feiras *etc.* Nesse sentido, a luta de classes se amplia por meio do que Freire (1967) definiu como a consciência sobre uma leitura mais completa e dinâmica do mundo em que se vive. “As feiras agroecológicas ou orgânicas, como são popularmente conhecidas em algumas localidades, são releituras das feiras livres convencionais. As principais diferenças estão no fato de que nas feiras agroecológicas os produtos comercializados são produtos sem agrotóxicos e insumos químicos e na premissa de que as próprias famílias são agricultoras que comercializam a sua produção” (Fantuzzi, 2016, p. 1).

Ressaltamos, em nossas experiências mais próximas durante o processo de incubação na UEFS com a Feira de Saberes e Sabores, a importância dos processos político-educativos que ocorrem no decorrer do acompanhamento e da visita aos produtores e ao estabelecimento, por eles mesmos, de regras alinhadas com os preceitos da alimentação saudável para a produção e comercialização dos alimentos.

A condição imposta acabou por inserir, cada vez mais, “produtos limpos” em nossas feiras, criando um movimento que remete ao que Freire (1967) entendia como processo político-educativo popular. Esse movimento tem possibilitado a disseminação dessa forma de comercialização como uma maneira de escoar a produção e beneficiar os envolvidos.

A prática de feiras agroecológicas tem a influência de ofertas e demandas integradas, não havendo diferença entre produtor e consumidor na medida em que todos são cidadãos conscientes em busca de um *bem viver*, consumindo os mesmos produtos e impulsionando um movimento de quebra de paradigmas e desenvolvimento de consciência política heterodoxa.

Assim, as políticas públicas direcionadas à agricultura familiar, se comparadas com as do agronegócio, apresentam uma discrepância bastante acentuada em termos de orçamento. Um exemplo claro é o crédito rural, em que os recursos destinados à agricultura familiar passam longe do percentual disponibilizado para grandes produtores do agronegócio, cuja produção não nos assegura uma alimentação limpa.

Em busca de um desenvolvimento inclusivo, a produção familiar de base agroecológica dialoga com outra economia denominada de Economia Popular e Solidária, que tem como princípios básicos a solidariedade, a autogestão, a cooperação e o associativismo. Como salienta Lima (2016), é uma economia capaz de contribuir para o desenvolvimento local como perspectiva que culmina com todos os preceitos contidos na Carta de Princípios da IEPS (IEPS, 2016).

Ademais, segundo dados do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) de 2017, no Brasil existem cerca de 657 feiras agroecológicas ou orgânicas. O Nordeste apresenta 23% das feiras realizadas dentro do país, o equivalente a um total de 149 feiras. Os estados que mais se destacam são Pernambuco com cerca de 32% e Bahia, apresentando cerca de 23% das feiras.

Destacamos então as feiras que ocorrem dentro das universidades, a exemplo da Feira Agroecológica da Universidade do Estado da Bahia, campus I Cabula, em Salvador; a Feira Agroecológica da Universidade Federal da Bahia, em Ondina, Salvador; e o caso mais próximo, o recorte que lastreia todas as iniciativas participantes do processo de incubação em questão neste texto, a Feira de Saberes e Sabores da UEFS, que tem o apoio da Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS, por ser um dos seus principais projetos.

Aspectos metodológicos imbricados na educação popular

Em se tratando de engajamento com assuntos relacionados à extensão, vale ressaltar que a base extensionista orienta este trabalho e atua como voluntária no desenho de tudo que se pesquisa e estuda na IEPS-UEFS. Trata-se de uma perspectiva pedagógica de estreita relação com os estudos interdisciplinares mediados pela educação popular, bem como dos produtos de militâncias dos sujeitos pesquisadores/pesquisados nos movimentos populares.

Articula-se, portanto, a disposição da IEPS-UEFS com o processo formativo em Economia Popular e Solidária e temas afins, levantados em referências bibliográficas que oferecem o respaldo teórico necessário para a realização das ações formativas junto aos feirantes que atuam na Economia Popular e Solidária e as fronteiras conceituais entre Economia Popular, Economia Social, Economia Informal e educação popular.

Para a realização desta pesquisa, foram considerados teóricos que norteiam a pesquisa participante, a exemplo de Thiollent (2000) e Brandão (2007). Segundo Thiollent (2000, p. 14):

A pesquisa participante é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo e participativo.

Assim, mediante uma consulta direta a todos os feirantes, traçamos o perfil

sociodemográfico com destaque para o nível de escolaridade, elemento fundamental para saber como trabalhar a formação e em que perspectiva iniciar o trabalho de incubação. Os dados gerais, especialmente os números, foram submetidos em relatório ao CNPq, chamada 36/2018 como resultados do Projeto “Feira livre e itinerante como elemento central para o processo de desenvolvimento, reaplicação, aperfeiçoamento e avaliação de tecnologias sociais (FLIDRATS)”.

Foi durante esse projeto que descobrimos a educação popular como elemento central do processo da economia popular. Nesse sentido, organizamos diversas ações como reuniões, rodas de conversa, oficinas, círculos de cultura, entre outras atividades que se fizeram necessárias, além da “mão na massa” para realizar feiras locais no campus da Universidade e também nas comunidades envolvidas: foram mais de cem feiras entre 2017 e 2022, sendo mais de 10 em comunidades ou espaços diversos.

Assim, criamos um ambiente favorável à naturalização dos discursos sobre os princípios e práticas da Economia Popular e Solidária, segundo a carta de princípios da IEPS-UEFS. Por fim, avaliamos relatórios e publicações para instrumentalizar os envolvidos para o mapeamento das fronteiras conceituais inerentes à Economia Popular e Solidária, sejam aquelas trazidas na comunicação pelos integrantes das feiras para aquele espaço de convivência, ou outras que facilitaram a compreensão do processo formativo.

Análise e discussão dos resultados

O processo de incubação das iniciativas de economia popular e solidária constitui-se, de maneira geral, em três etapas: pré-incubação, incubação e desincubação. Tanto isoladas quanto articuladas, essas etapas integram um conjunto de planos de trabalho chamado de Processo Educativo de Trabalho em Economia Popular e Solidária. Nos planos de trabalho, há diálogo entre as fronteiras conceituais da Economia Popular e Solidária e a Educação Popular com o intuito de constituir o processo educativo em que os feirantes que participam da Feira de Saberes e Sabores estão envolvidos.

O processo de trabalho contribui com a construção de uma interdisciplinaridade tão complexa quanto desejada, na medida em que nos propomos a estabelecer diálogos entre áreas afins no trabalho com os grupos populares de Economia Popular e Solidária, especificamente com os feirantes que têm nos educado no sentido de compreender como trabalhar juntos, articulando saberes e conhecimentos diversos na tão propalada relação

universidade/sociedade.

Pré-incubação: o anúncio de um trabalho político-educativo-popular

A primeira etapa do processo educativo de trabalho é a pré-incubação, momento de organização do processo após seleção do grupo pela incubadora, cujo pacto para um processo educativo popular de trabalho se instala conforme as orientações da Carta de Princípios da IEPS-UEFS.

Nessa primeira etapa, a equipe da incubadora se aproximou do grupo para uma relação empática, autogestionária, cooperativa, associativa e solidária, estabelecendo, portanto, um combinado para o processo de geração de trabalho e renda, cuja dinâmica se aproxima de outras possibilidades além da renda, elemento que, apesar de fundamental, não se sustenta por si só.

As possibilidades de ganhos são das mais variadas ordens, como educativas, políticas, identitárias, tecnológicas (tecnologias sociais) e de aprendizagens diversas, nas quais os saberes trazidos pelos sujeitos selecionados para o processo de incubação formam a base cognitivo-coletiva para a inserção de um conjunto de ganhos de aprendizagens, inventividades, criatividade e fazeres antes, durante e pós-incubação.

Nessa etapa, selecionamos os grupos e diagnosticamos as condições para o desenvolvimento do trabalho de incubação, principalmente escolaridade, distância da comunidade para a universidade, bem como a possibilidade de se iniciar o diálogo entre incubadora, grupo e comunidade ou ainda, entre grupo, comunidade e incubadora, assim como entre comunidade, incubadora e grupo pois, conforme Lima (2016), são possibilidades de relação horizontal e autogestionária bastante frutíferas.

Incubação: lugar de encontro dos diversos campos e formas de conhecimentos e saberes

A incubação é o centro de todo o processo educativo de trabalho com os grupos, sendo uma etapa maior que as demais, e cuja viabilidade se configura em oportunidades e possibilidades de atuação das áreas.

Trata-se, então, do momento em que avaliamos o estágio inicial, depois do ponto de partida pela decisão de seleção, estágio em que observamos as dificuldades, possibilidades e perspectivas de trabalho formativo para o grupo.

De maneira geral, segundo a pouca e incerta literatura que se tem sobre o assunto,

essa fase dura em média dois anos, somando-se seis meses de pré-incubação e mais seis para desincubação. Todo o processo educativo de trabalho dura em média três anos, entretanto, diante dos diversos e variados perfis de grupos da IEPS-UEFS que foram incubados nos últimos dez anos (2012-2022), podemos assegurar que um processo de incubação pode variar de dois a cinco anos.

A depender das políticas públicas que envolvem o processo de incubação, conforme nos aponta Boneti (2006), os grupos, por mais vulneráveis que sejam, podem ser viáveis, inclusive, economicamente. Basta, por exemplo, que se tenha políticas públicas de incubação adequadas a cada perfil e o tempo necessários a um processo educativo em conformidade com o lugar de cada grupo.

Ressaltamos, entretanto, que algumas incubadoras – as Tecnológicas, principalmente, em especial algumas atuantes no ambiente da Economia Solidária – e equipes de assessoria em Economia Solidária, bem como a metodologia adotada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) jogam todo peso e tempo na fase de incubação e priorizam habilidades e eficácias relacionadas a elementos empresariais. Isso demonstra que tais iniciativas são resultado da viabilidade econômica que, ao final, é o que mais importa, em detrimento do processo político-educativo que é priorizado pelas incubadoras populares como a IEPS-UEFS.

Nesse contexto, é importante pensar o processo de incubação do grupo de feirantes, considerando as especificidades deles após a etapa de pré-incubação. A partir do diagnóstico de baixa escolaridade dos participantes, nos debruçamos sobre observações sistemáticas, reflexões e um diagnóstico demarcatório a partir de avaliações das equipes envolvidas nas ações (cursos, reuniões, rodas de conversa, entrevistas *etc.*) sobre e para a etapa de incubação das feiras de Feira de Santana/BA, e em especial a Feira de Saberes e Sabores.

Fazer uma avaliação sobre a evolução e eficácia de um grupo de feirantes não é tarefa fácil, principalmente porque o plano de trabalho sequenciado para o processo completo de incubação certamente sofre influências desse diagnóstico, que se modifica a cada etapa de aprendizagem dos pesquisadores e pesquisados. Entretanto, é um trabalho que permite que todos se beneficiem, seja por produtos e serviços oferecidos pelos feirantes, seja pela disponibilidade ao debate sobre a produção das suas existências. Significa, enfim, que o próprio grupo, a comunidade universitária e a equipe técnica da IEPS-IEPS ouvem e são ouvidos cotidianamente e trabalham de forma conjunta com os dados e informações gerados nessa permanente consulta, configurando um processo educativo de trabalho.

Desincubação: o processo político-educativo de trabalho deve continuar

A terceira e última etapa é o processo de desincubação, que consiste na observação da completa autonomia do grupo, reforçada pelo afastamento da equipe orientadora – ainda que seja um afastamento parcial, porque não se encontra mais dentro do espaço público, em geral, sob a proteção da equipe da incubadora – do plano de trabalho de incubação.

A desincubação, teoricamente, é quando o grupo está pronto e é autossuficiente para o retorno à sede com condições favoráveis à efetiva autogestão. O que se espera do grupo nessa fase são os resultados da formação. Segundo Cunha (2002), os resultados devem ser apresentados na forma de relatórios e o processo de desincubação tem como última etapa o encaminhamento do grupo à sede, com independência e autonomia.

No caso específico deste trabalho, a desincubação envolveu duas questões: o grupo precisou ser formalizado e foi necessário definir para onde o grupo iria quando ocorresse o encerramento do projeto. Na nossa pesquisa, todos os grupos trabalhados no processo de incubação formaram a Feira de Saberes e Sabores, que se configura como uma rede no formato jurídico de associação.

Com relação à formalização, uma das principais preocupações da incubadora para o grupo, se manter na informalidade seria a opção menos indicada, uma vez que impediria o registro do grupo, assim como não teria o estatuto jurídico, o que impediria os produtores de participar de editais e comercializar com entes públicos.

A incubadora (grupo de pesquisadores) apresentou três opções para a formalização do grupo: 1. associação; 2. cooperativa; 3. sociedade simples em nome coletivo. Todas as opções apresentadas atendiam aos princípios da Economia Popular e Solidária e a escolha se deu a partir da discussão das vantagens e desvantagens de cada uma das opções de formalização.

No caso da cooperativa, haveria plena correspondência aos objetivos do grupo. A Associação seria a opção mais indicada pela suposta imunidade tributária, pela similaridade com as redes, pela simplicidade do registro e por ser vista, conforme Santos (2005), como uma forma de se alcançar objetivos coletivamente. Ou seja, a associação, teoricamente, busca solucionar questões de inclusão social. O único entrave, nesse caso, está relacionado à forma jurídica que pressupõe a ausência de fim econômico, o que impossibilita a comercialização dos produtos do grupo. Já a sociedade simples, em nome coletivo, possui um custo baixo e permite a comercialização, além de corresponder aos fundamentos da Economia Solidária com possibilidades da adequação do contrato social.

Nós e os grupos entendemos que, após o processo de incubação integrado, os grupos

só poderão se expandir enquanto negócio se houver a formalização, que inclusive, é uma condição para que participem de processos licitatórios. Um dos grupos escolheu ser uma sociedade simples em nome coletivo, por ser mais simples, por se enquadrar no perfil do grupo e por ter um custo mais baixo.

Esse grupo, após oito anos, três como autônomo (incubado), encontra-se com três unidades jurídicas constituídas e dez trabalhadores associados. Acreditamos que a decisão pela formalização com o modelo de sociedade simples foi a melhor opção diante de todos os benefícios que o formato oferece.

O maior problema da incubadora, hoje, está relacionado à saída dos grupos, pois os participantes não sabem ao certo para onde vão. Nesse sentido, cabe salientar que, embora não consigam se instalar imediatamente em outro local, o processo educativo não se perde, e os ensinamentos adquiridos na experiência possibilitarão o estabelecimento futuro e a continuidade das iniciativas. Nesse sentido, a Feira de Saberes e Sabores é uma forma de amparar todos os grupos por opção ou em situações de indefinição como essa de não saber para onde ir.

Há a percepção compartilhada pela incubadora e pelos participantes e envolvidos de que os fundamentos e princípios da Economia Solidária estão presentes no comportamento do grupo. Coube a incubadora oferecer os cursos, as rodas de conversa, a socialização de ideias e o estímulo ao aprendizado, mas coube aos membros do grupo a etapa mais difícil: reconhecer a capacidade de trabalhar e aprender com o trabalho.

Os integrantes passaram a se reconhecer como grupo desenvolvendo a gestão compartilhada e a socialização de ideias. Convém ressaltar que o aprendizado não cabe exclusivamente ao grupo, é uma via de mão dupla em que tanto se ensina quanto se aprende.

Considerações finais

Compreender o processo de incubação consubstanciado na formação educacional, política e domínio técnico dos instrumentos de trabalho pelas organizações socioprodutivas dos grupos populares nos indica que esse processo não acontece sob a égide das empresas convencionais, tampouco pelas vias formais de educação (educação bancária). Essa, talvez, tenha sido a principal inferência ou conclusão a que chegamos a partir da vivência do processo educativo de trabalho com o qual nos envolvemos durante o trabalho de pesquisa.

As discussões que versam sobre a Economia Popular e Solidária frente ao modo de produção capitalista nos mostraram um complexo mundo do trabalho historicamente

estudado, debatido, explorado com reflexões relevantes, mas que ainda nos deixa com sérias dúvidas de como trabalhar a economia plural frente às imposições mercadológicas da economia convencional.

Com efeito, a Economia Popular e Solidária, enquanto estratégia para o desenvolvimento local, nos indica uma possibilidade de processo educativo de trabalho com relevantes dimensões de atuação, em especial na dimensão econômica, sendo muito rica do ponto de vista formativo, político, identitário, entre tantas outras possibilidades.

Destacamos, com base nos aspectos metodológicos discutidos, a forte presença da educação popular, o que tem possibilitado compreender caminhos alternativos construídos a partir dos trabalhos demandados por cada processo de incubação que se estabelece em virtude das pluralidades dos participantes, como grupos urbanos periféricos, grupos quilombolas, grupos de mulheres, grupos de feirantes, entre outros implicados nas dinâmicas de cada etapa do processo de incubação.

Ao discutir o processo educativo integrado pela pré-incubação, incubação e desincubação, percebemos a interdisciplinaridade existente e as fronteiras conceituais ou de definições entre as temáticas da formatação jurídica para o associativismo, cooperativismo ou sociedade simples que envolvem os feirantes no cotidiano deles na Feira de Saberes e Sabores de Economia Popular e Solidária que ocorrem no campus da Universidade Estadual de Feira de Santana, nas suas itinerâncias em comunidades diversas e, principalmente, na dinâmica promovida pela educação popular e integração das suas naturezas de conhecimentos e saberes diversos.

Referências

ADORNO, T. W. **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARRUDA, A. S. O. *et al.* Economia solidária e desenvolvimento local sustentável: um estudo de caso em um sistema de agricultura familiar. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 17, n. 2, p. 163-178, 2015. Disponível em: <http://www.revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/990>. Acesso em: 11 ago. 2022.

BENINI, É. A.; BENINI, E. G. As contradições do processo de autogestão no capitalismo: funcionalidade, resistência e emancipação pela economia solidária. **Revista Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 17, n. 55, p. 605-619, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/11125>. Acesso em: 11 ago. 2022.

BONETI, L. W. **Políticas públicas por dentro**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2006.

BRANDÃO, C. R. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista Educação Popular**, Uberlândia, v. 6, n. 1, p. 51-62, 2007. DOI 10.14393/REP-2007-19988. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/19988>. Acesso em: 11 ago. 2022.

BRASIL. **Plano diretor da reforma do aparelho do Estado**. Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Brasília, DF, 1995. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2022.

CUNHA, G. C. **Economia solidária e políticas públicas**: reflexões a partir do caso do programa Incubadora de Cooperativas, da Prefeitura Municipal de Santo André, SP. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-23052005-101736/en.php>. Acesso em: 16 ago. 2022.

FANTUZZI, D. A importância das feiras agroecológicas para as cidades. **Articulação Semiárido Brasileiro**, [s. l.]. Disponível em: <https://www.asabrazil.org.br/98-imprensa/asa-na-midia/9638-a-importancia-da-feiras-agroecologicas-para-as-cidades#:~:text=De%20forma%20geral%2C%20os%20estados,equipamentos%20p%C3%BAblicos%20de%20abastecimento%20alimentar>. Acesso em: 3 ago. 2022.

FARIAS, J. S. *et al.* Influência das feiras agroecológicas do Recife na vida de produtores e consumidores de produtos orgânicos. *In*: JORNADA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UFRPE/SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 9., 2009, Recife. **Anais [...]**. Recife: UFRPE, 2009.

FRANÇA FILHO, G. C. Novos arranjos organizacionais possíveis? O fenômeno da economia solidária em questão (precisões e complementos). **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 8, n. 20, p. 1-14, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/10566>. Acesso em: 18 ago. 2022.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

GAIGER, L. I. Eficiência sistêmica. *In*: CATTANI, A. D. (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 125-129.

INCUBADORA DE INICIATIVAS DA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA - IEPS. Carta de Princípios da IEPS-UEFS. **Incubadora Popular IEPS-UEFS**, Feira de Santana, [s. d.]. Disponível em: <http://incubadorauefs.blogspot.com/p/carta-de-principios.html>. Acesso em: 23 ago. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - IDEC. **Mapas de Feiras Orgânicas**. Disponível em: <https://feirasorganicas.org.br/>. Acesso em: 23 ago. 2022.

LIMA, J. R. O. Economia popular e solidária e desenvolvimento local: relação protagonizada pela organicidade das iniciativas. **Outra Economia**, São Leopoldo, v. 10, n. 18, p. 3-17, 2016. DOI 10.4013/otra.2016.1018.01. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/otra.2016.1018.01>. Acesso em: 18 ago. 2022.

MANCE, E. A. **Redes de colaboração solidária**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MILANI, C. Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 11, p. 95-113, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/12637>. Acesso em: 18 ago. 2022.

MOURA, L. S. *et al.* Processo educativo de trabalho: protagonismo da classe trabalhadora e solidariedade sobre a crise pandêmica. **Revista da Associação Brasileira de Estudo do Trabalho – ABET**, Campo Grande, v. 19, n. 2 p. 435-452, 2021. DOI 10.22478/ufpb.1676-4439.2020v19n02.54918. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/54918>. Acesso em: 18 ago. 2022.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

ROPAQUIM, A.; QUINTAES, R. A. Autogestão: alternativa socialista para o capitalismo. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 3, n. 12, p. 96-99, 1972. DOI 10.1590/S0034-75901972000300009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/NJnxk4fYXyK8z7yWWR59yNq/>. Acesso em: 18 ago. 2022.

SANTOS, B. S. (org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2000.

Submetido em 16 de janeiro de 2023.

Aprovado em 20 de junho de 2023.